Sem entraves na Aduana

Quem pode se tornar um Operador Econômico Autorizado (OEA) e quais as vantagens de obter a certificação e ter um "canal verde" nas alfândegas de mais de 70 países, inclusive no Brasil!

O Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA) tem como objetivo certificar, com um "selo de qualidade", os diversos elos da cadeia logística. Fazem jus a essa distinção os operadores/empresas cujos processos de gestão minimizam os riscos existentes em suas operações de comércio exterior e que cumpram voluntariamente: (i) critérios de segurança aplicados à cadeia logística, e (ii) obrigações tributárias aduaneiras.

"A certificação OEA não surgiu no Brasil", informa Elson Eduardo Bueno, sócio da KPMG no Brasil, atuante na área de Tributos Indiretos e Aduaneiros. "Adotada em mais de 70 países, essa certificação facilita a comunicação entre as alfândegas das nações signatárias. Sua origem remonta a 1998".

Segundo Bueno, naquele ano o governo sueco começou a enfrentar dificuldades por não conseguir aumentar o número de fiscais no ritmo necessário para agilizar o despacho de todas as importações que chegavam a seus portos. "A solução foi priorizar a fiscalização dos contêineres que tivessem maior probabilidade de portar carga suspeita", ele relembra.

Foi assim que o governo sueco elaborou uma primeira lista de empresas certificadas (idôneas), facilitando a tarefa de separar joio do trigo: "empresa séria não precisa ter carga aberta", resume o sócio da KPMG. "Muitos países começaram a compreender que, se houvesse reciprocidade na indicação das companhias mais confiáveis, haveria ganho de tempo e melhoria nos processos das aduanas", comenta.

O Brasil, inicialmente, tentou implementar um sistema próprio de certificação – o Programa Linha Azul. "Mas não deu certo, porque focou demais em aspectos internos e não estava aderente com os demais países. Como o Brasil é um *player* importante no mercado de importações e exportações, os organismos internacionais nos desafiaram a adotar um programa igual ao existente em outras partes do mundo", explica Bueno.

Assim, o Programa OEA foi instituído em dezembro de 2014, por intermédio da Instrução Normativa RFB nº 1.521/2014. "O Programa começou com a modalidade OEA-Segurança, voltada para a exportação e dirigida principalmente aos exportadores, depositários ou operadores portuários", esclarece Bueno. "Mas a lei prevê a implementação gradual de outras modalidades", ele completa.

Em resumo, os critérios necessários à obtenção da certificação OEA são a admissibilidade e a confiabilidade. "A empresa deve responder a algumas questões, tais como: qual é a política da empresa de controle de acesso às instalações? Qual é a sua política de contratação de terceiros? Qual é sua política de *backup* de informações, e como é mantida a segurança desses *backups*?", enumera Elson Bueno. "Estou citando somente alguns exemplos, pois as questões são vastas", ressalta.

A adesão ao Programa é voluntária, mas o objetivo da Receita Federal do Brasil é, até 2019, atingir 50% das declarações de exportação e de importação registradas por empresas certificadas pelo "selo OEA". Segundo números da própria Receita, esse percentual corresponde a aproximadamente 500 empresas – hoje, apenas 157 estão efetivamente homologadas.

A consultoria oferecida pela KPMG às companhias que pleiteiam tornar-se um OEA inclui preparar a documentação e prestar assistência às respostas do "Questionário de Autoavaliação - QAA": entre essa preparação e o prazo da própria Receita Federal para avaliar as requisições apresentadas passam-se cerca de 10-12 meses. "Sabe-se que há mais de 150 processos de pedidos de homologação, já em curso, na Receita Federal. O problema foram as greves de servidores, ocorridas em 2016 e agora em 2017. As paralisações afetam as análises desses pedidos", comenta Bueno. Ele também salienta que, ao contrário do que muitos imaginam, a homologação não é um privilégio reservado somente às grandes companhias. "Pequenas e

médias empresas também podem e devem participar", diz.

"Mas o esforço vale a pena, porque os operadores certificados no Programa OEA efetivamente encontram mais facilidade para lidar com os procedimentos aduaneiros, no Brasil e no exterior", além de observarem uma redução nos custos aduaneiros e maior previsibilidade de chegada e saída de mercadorias, finaliza o sócio da KPMG.

Foco na gestão de risco

Gilberto Oestreich, Head of Customs da General Motors, comenta as vantagens de a empresa aderir à OEA e afirma que antigos fornecedores são incentivados a buscar a certificação.

Divulgação

Quais as razões pelas quais a empresa decidiu buscar a certificação OEA?
A General Motors tem o compromisso de operar sob os mais altos padrões de *Compliance* aduaneiro, o que é diretamente alinhado ao que se espera de um OEA. A certificação nos permite executar nossas operações de forma rápida e eficiente. Além disso, as Certificações OEA são prioritárias em todos os países nos quais a GM opera.

Sua companhia tem preferido fazer negócios com empresas/fornecedores que também possuam essa certificação?
Sim. Trata-se de um critério de avaliação que observamos nas novas contratações e renovações. Fornecedores atuais também estão sendo motivados a aderir à Certificação.

Quais foram (e são) os principais desafios no processo de busca pela certificação?
Focar na gestão de risco. Foi necessário fazer uma ampla avaliação de toda a nossa cadeia logística e produtiva, o que envolveu visitas, acompanhamento de processos, revisão de procedimentos e implantação de controles adicionais.

Uma questão de confiança

Romualdo Callegari, Gerente Sênior da área de Comércio Exterior e Conformidade Aduaneira da Mercedes-Benz, comenta a importância da certificação OEA, em vias de obtenção pela empresa, com a consultoria KPMG.

Arquivo pessoal

Romualdo Callegari

Por que sua empresa decidiu buscar a certificação OEA?
A Mercedes-Benz está em fase de Certificação do OEA Segurança porque prima pelo rigor das normas brasileiras e internacionais e ainda pelas melhores práticas do comércio exterior em todos os seus segmentos. As disciplinas técnica e procedimental formam conceitos basilares em nossos trabalhos, e entendemos ser de extrema importância conhecer e acompanhar rigorosamente as orientações das autoridades aduaneiras do Brasil e do mundo.

Sua companhia tem preferido fazer negócios com empresas/fornecedores que também possuam essa certificação?
Sim, porque a Certificação nos traz responsabilidades, além de ser um fator de contrapartida à confiança depositada, pelas autoridades, nas empresas certificadas. Nesse sentido, temos o dever de auxiliar e promover o processo de ampliação e sustentação desse conceito tão importante, que o OEA traz como objeto central.
O fato de apoiarmos a ampliação do conceito do OEA, optando pela preferência de fornecedores também certificados, nos garante ainda mais a manutenção dos compromissos assumidos perante as autoridades certificadoras.

Quais foram (e são) os principais desafios no processo de busca pela certificação?
O OEA, em seu "Questionário de Autoavaliação", demanda naturalmente uma organização e um alinhamento próprio entre as áreas participantes dos processos, mesmo que estas atuem apenas indiretamente nas operações de comércio exterior.
Neste sentido, a conscientização sobre a importância do OEA por todas essas áreas demanda um tempo inicial maior. Mas, se for realizada de forma sustentada e com as devidas argumentações, a convergência passa, posteriormente, a ter uma dinâmica muito salutar até o final do projeto.

Por favor, adicione os comentários que desejar
O OEA contempla, em sua essência, uma relação de confiança que precisa ser honrada a cada instante. Por conta disso, embora a Certificação seja o objetivo maior, a Manutenção pós-certificação é vital para que a empresa mantenha a chancela obtida e para que essa relação de confiança entre as autoridades e as empresas se fortaleça a cada dia. ■